

A integração da agricultura urbana no planejamento das cidades na Turquia

Mercan efe - mercan.efe@deu.edu.tr

Dokuz Eylul University

Foto: Henk de Zeeuw - É preciso reavaliar o uso agrícola dos solos disponíveis na cidade.

Na Turquia, a agricultura não aparece nos “códigos de classificação do uso e posse das terras” usados no planejamento urbano. Essa classificação foi desenvolvida há 25 anos e não é clara quanto a certos tipos de uso. Essa classificação precisa ser atualizada - e vão nesse sentido as sugestões contidas neste artigo.

Uma cidade moderna atrai muitos novos moradores vindos das zonas rurais. Assim sendo, a cidade deveria ser capaz de integrar essa população e as experiências que ela traz, e lhe oferecer terras em quantidade compatível. O valor da terra, definido pelo preço de arrendamento, aumenta com a urbanização, e assim os campos agrícolas e as áreas públicas acabam sendo usadas principalmente para a construção de residências ou de indústrias. É necessário reavaliar o setor agrícola e o uso agrícola dos solos urbanos. Existe a necessidade de



se integrar a agricultura nas funções típicas da cidade, e ligá-la a questões como redução da pobreza, combate à fome, segurança alimentar, reciclagem do lixo e identidade social. Entretanto, as leis que regulam a cidade são um resultado de decisões e de pressões que ocorreram no passado, e agora não permitem a inclusão da agricultura.

É preciso pesquisar uma nova maneira de se classificarem as terras de modo a atender as necessidades de hoje e as possibilidades das cidades modernas. Uma nova “Classificação de Uso e Posse das Terras” é portanto sugerida. Essa nova classificação é baseada na classificação do Ministério de Obras Públicas, que é muito conhecido e usado nos planos de desenvolvimento na Turquia. As administrações locais como as prefeituras (inclusive as municipalidades metropolitanas), e as autoridades centrais (inclusive os governos estaduais), parecem estar sensíveis para prestar mais atenção à agricultura urbana. Entretanto, a participação dos diferentes interessados nas tomadas de decisão e no treinamento será necessária para realmente operacionalizar essa mudança.

Instituições municipais e agricultura urbana

A Turquia tem uma abordagem moderna para o planejamento urbano, mas, como em muitos

países em desenvolvimento, tem enfrentado muitos problemas nesse processo. As instituições e as pessoas envolvidas têm muitos e obscuros papéis. A administração pública desenvolveu-se em uma estrutura hierárquica com uma abundância de atores, de instituições públicas locais e centrais. As instituições locais, cuja importância é enfatizada pelas atividades da "Agenda 21", deveriam determinar claramente suas funções complementares. Desde que seu funcionamento depende do governo central, a coordenação só pode ser alcançada pela formação de uma rede unindo todas as unidades administrativas, locais e centrais.

O corpo administrativo central e seus atores locais (nos estados) têm um importante papel na formação e funcionamento das cidades. Áreas potencialmente agrícolas nas cidades estão sendo crescentemente alocadas para construção, baseando-se na prioridade urgente por mais habitações, mais turismo e mais indústrias. As leis e regulamentos existentes favorecem a expansão das áreas urbanas, sem qualquer consideração pelas condições ambientais. A importância da proteção ambiental e os arranjos para integrar a agricultura nas cidades, que até agora só existem nos discursos, só poderão ser postos em prática quando os caminhos para atingir esse objetivo estiverem mais claros. Para começar, a idéia de usar a agricultura como principal critério para distinguir entre as áreas rurais e as urbanas deve ser descartada antes que a sua integração no planejamento urbano possa começar.

Integrando a agricultura urbana no planejamento urbano

Na Turquia, a integração da agricultura urbana nos planos de desenvolvimento e a sua aplicabilidade dependem de sua inclusão no processo de certificação pública dentro do contexto da "Classificação Básica do Uso e Posse das Terras". Os códigos de classificação usados pelo Ministério das Obras Públicas, que é um importante ator no processo de planejamento, parecem ser bastante flexíveis. Também é sabido que os Bancos Estaduais usam a mesma classificação fora das áreas comerciais centrais.

As adaptações propostas nos códigos do Ministério das Obras Públicas para incluírem áreas de agricultura urbana e periurbana, referem-se aos artigos 8 e 9. O Artigo 9 refere-se às áreas não usadas, do qual a questão da silvicultura deveria ser removida e incorporada no Artigo 8, que detalha os propósitos produtivos. O Artigo 8 precisa apenas de uma pequena adaptação: sugere-se que o "setor de mineração" seja excluído e transferido para um novo artigo que trate especificamente dele.

A agricultura urbana e periurbana de acordo com o artigo 8º. reviso

- 8.1 Criação de animais e serviços relacionados
 - 8.1.1 "Fold and Crib" criação de animais e serviços relacionados (?)
 - 8.1.2 Apicultura e serviços relacionados
 - 8.1.3 Criação comercial de coelhos e serviços relacionados

- 8.2 Silvicultura e serviços relacionados
- 8.3 Pesca e serviços relacionados
- 8.4 Áreas usadas para fornecer recursos para a agricultura urbana e periurbana
 - 8.4.1 Áreas para reciclagem dos resíduos sólidos e líquidos domésticos
 - 8.4.2 Áreas de comercialização

Artigo 9º. adaptado

- 9. Áreas não utilizadas e fontes de água
 - 9.1 Áreas que não são usadas e processadas

A integração da agricultura urbana e periurbana no sistema existente de planejamento urbano da Turquia é uma tarefa relativamente fácil; o que é necessário é uma reforma do sistema. Essa reforma vai depender da integração e interação melhoradas entre as unidades administrativas locais e centrais, notavelmente a coordenação entre o Ministério das Obras Públicas, o Diretor Estadual de Obras Públicas e o governo estadual deve tornar-se mais produtiva. (?)

Referências

- Izmir: Ergin, S., et al. 2002. Dokuz Eylül Üniversitesi Fen Bilimleri Enstitüsü Şehircilik Ana Bilim Dalı. Izmir Kenti Planlı Yapılaşma Öyküsü.
- Eryılmaz, B. 2001. Kamu Yönetimi. İstanbul: Erkam Matbaası

[Sumario Revista No.11](#)